



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL**

Aos 10 dias do mês de setembro de 2014, pelas 15 horas e 25 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de lei n.º 228/XII/3.ª (ALRAM) - Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais**  
Relator - Deputado António Filipe (PCP)
  - **Projeto de lei n.º 607/XII/3.ª (PS) - Altera o Código Civil, promovendo o alargamento do regime de exercício de responsabilidades parentais em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de progenitor;**  
Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
- 4. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
  - **COM (2014) 7 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Parecer da Comissão sobre a iniciativa tendo em vista um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) apresentada por Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia;**  
Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD);
- 5. Reflexão sobre a continuidade da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial (Lei n.º 34/2009, de 14 de julho);**
- 6. Admissão e distribuição de petições;**
- 7. Apreciação e votação do relatório de atividades da 3.ª sessão legislativa;**
- 8. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a constituição de um grupo de acompanhamento à implementação do «mapa judiciário»;**
- 9. Apreciação e votação das atas n.ºs 72/XII/3.ª a 79/XII/3.ª, correspondentes às reuniões de 1 a 25 de julho de 2014;**
- 10. Outros assuntos.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição e designação de relatores das seguintes iniciativas legislativas:

N.º e AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Proposta de lei n.º 245/XII/3.ª (GOV)	<a href="#">Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.</a>	O Grupo Parlamentar do PS ficou de indicar o Deputado Relator
Proposta de lei n.º 246/XII/3.ª (GOV)	<a href="#">Procede à segunda alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, que regula o disposto no artigo 82.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, sobre a compensação equitativa relativa à cópia privada</a>	O Grupo Parlamentar do PS ficou de indicar o Deputado Relator
Proposta de lei n.º 247/XII/3.ª (GOV)	<a href="#">Transpõe a Diretiva n.º 2012/28/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs, e procede à décima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.</a>	O Grupo Parlamentar do PS ficou de indicar o Deputado Relator
Projeto de lei n.º 645/XII/3.ª (PSD/CDS-PP)	<a href="#">Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado e alteração ao Código Penal.</a>	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Em seguida, passou-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório final sobre a execução da Estratégia de Segurança Interna da UE 2010-2014 [COM(2014)365].</i>	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	NA
<i>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que sujeita a medidas de controlo a substância 4-iodo-2,5-dimetoxi-N-(2-metoxibenzil)fenetilamina (25I-NBOMe), a substância 3,4-dicloro-N-[[1-(dimetilamino)ciclo-hexil]metil]benzamida (AH-7921), a substância 3,4-metilenodioxipirovalerona (MDPV) e a substância 2-(3-metoxifenil)-2-(etilamino)ciclohexanona (metoxetamina) [COM(2014)362].</i>	Deliberado não escrutinar	NA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL**

<i>Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais (codificação) [COM(2014)377].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação pelos Estados-Membros da Decisão-Quadro 2009/948/JAI, de 30 de novembro de 2009, relativa à prevenção e resolução de conflitos de exercício de competência em processo penal [COM(2014)313].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que adapta a Diretiva 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, em virtude da adesão da República da Croácia [COM(2014)391].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Quarto relatório sobre a aplicação pela Ucrânia do plano de ação para a liberalização dos vistos [COM(2014)336].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Elementos para uma estratégia da União Europeia em matéria de segurança pública na América Central e nas Caraíbas [Join(2014)21].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a revisão conjunta da aplicação do Acordo entre a União Europeia e a Austrália sobre o tratamento e a transferência de dados do registo de identificação dos passageiros (PNR) pelas transportadoras aéreas para o serviço aduaneiro e de proteção das fronteiras australiano [COM(2014)458].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Reforço da cooperação entre as autoridades responsáveis pela vigilância marítima tendo em vista um melhor conhecimento das situações: próximas medidas no quadro do Ambiente Comum de Partilha da Informação no domínio marítimo da UE [COM(2013)451].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>PROJETO DE ORÇAMENTO RETIFICATIVO N.º 4 AO ORÇAMENTO GERAL DE 2014 MAPA GERAL DE RECEITAS MAPA DE DESPESAS POR SECÇÃO Secção III – Comissão Secção IX – Autoridade Europeia para a Proteção de Dados [COM(2014)461].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Segundo relatório sobre os progressos realizados pelo Kosovo* no cumprimento dos requisitos do roteiro da liberalização de vistos [COM(2014)488].</i>	<b>Deliberado não escrutinar</b>	<b>NA</b>



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL**

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a proposta de lei n.º 228/XII/3.ª (ALRAM) - Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado António Filipe (PCP). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que sublinhou a importância do tema e a necessidade de se avançar com este processo legislativo, o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Foi também apreciado o projeto de lei n.º 607/XII/3.ª (PS) - Altera o Código Civil, promovendo o alargamento do regime de exercício de responsabilidades parentais em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de progenitor, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD). Usou da palavra, em seguida, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), autora da iniciativa, que felicitou o Deputado relator pelo caráter objetivo do trabalho realizado. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia COM(2014) 7 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Parecer da Comissão sobre a iniciativa tendo em vista um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão 2005/681/JAI que cria a Academia Europeia de Polícia (AEP) apresentada por Bélgica, Bulgária, República Checa, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Croácia, Itália, Chipre, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia e Suécia, apresentado pelo respetivo relator, Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD). No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Presidente informou que, em Conferência de Líderes, fora solicitado que a Comissão se pronunciasse sobre a continuidade da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial, prevista na Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, cujo mandato terminará em novembro de 2014. Esclareceu, ainda, o Senhor Presidente que a referida



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL

Comissão nunca funcionou, tendo a Presidente da mesma – Maria Helena Terra de Oliveira - renunciado em novembro de 2011, bem como um dos seus membros efetivos designados pela Assembleia da República. Em seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que se pronunciou no sentido da continuidade desta Comissão por entender que se mantêm as razões que justificaram a sua criação. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) reforçou essa posição, recordando que existe uma lei que está em vigor e que deve ser cumprida, sugerindo que fosse solicitada a opinião das magistraturas sobre o assunto e o contributo dos organismos do Governo. Em conclusão, o Senhor Presidente da Comissão entendeu, e foi aceite por todos os Senhores Deputados presentes que, em cumprimento da lei, numa primeira fase, a Assembleia da República deveria proceder à designação dos três membros daquela Comissão, devendo os Grupos Parlamentares diligenciar nesse sentido; e só depois a 1.ª Comissão diligenciar no sentido de os órgãos institucionais procederem à indicação dos respetivos membros.

No sexto ponto da ordem do dia, foi admitida e distribuída a seguinte petição:

<b>PETIÇÃO</b>	<b>PETICIONANTE (S)</b>	<b>DATA</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>RELATOR DESIGNADO</b>
<a href="#">419/XII/3</a>	Município do Sever do Vouga (1441 assinaturas)	05-08-2014	Contra o encerramento do Tribunal de Sever do Vouga	<b>Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)</b>

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, o relatório de atividades da 3.ª sessão legislativa.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, solicitando a constituição de um grupo de acompanhamento à implementação do «mapa judiciário». O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) fundamentou o requerimento no facto de entender que a Assembleia da República deveria dar o seu contributo para ajudar o sistema de justiça a sair da situação problemática em que se encontrava, posição que foi secundada pela Senhora Deputada Cecília Honório (BE). Os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL

e Teresa Anjinho (CDS-PP) declararam não acompanhar a pretensão do Grupo Parlamentar do PS, por considerarem estar a ser feito um aproveitamento político da situação. No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do BE, registando-se as ausências do PCP e do PEV.

Por último, o Senhor Presidente colocou à votação as *atas* n.ºs 72 a 79/XII/3.ª, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 1 a 25 de julho de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas, dela se tendo lavrado a presente *ata*, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de setembro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 01-10-2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 81/XII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Francisca Almeida  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
Isabel Oneto  
João Lobo  
Jorge Lacão  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Simões Ribeiro  
Teresa Anjinho  
Carlos Abreu Amorim  
Luís Montenegro  
Nuno Magalhães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
José Luís Ferreira  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Neto Brandão  
José Magalhães  
Paulo Rios de Oliveira  
Telmo Correia